

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas:**  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	545	228	74.639	169.280
Concessionárias	5			30.887	83.211
Impostos e contribuições sociais	6		3.513	10.801	5.820
Dividendos a receber	10	12.817	24.426		
Cauções e depósitos vinculados	11			27.646	
Prêmio de risco - GSF	9			2.294	
Outros créditos	12			7.720	4.432
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>13.362</b>	<b>28.167</b>	<b>153.987</b>	<b>262.743</b>
<b>Não circulante</b>					
Impostos e contribuições sociais	6	5.800		5.800	19.151
Tributos diferidos	7			7.351	5.546
Cauções e depósitos vinculados	11			3.127	24.767
Prêmio de risco - GSF	9			4.905	
		<b>5.800</b>	<b>-</b>	<b>21.183</b>	<b>49.464</b>
Investimentos	13	861.731	902.123		
Imobilizado	14	4		1.166.469	1.073.073
Intangível	15		3	582.513	605.058
		<b>861.735</b>	<b>902.133</b>	<b>1.748.982</b>	<b>1.678.131</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>867.535</b>	<b>902.133</b>	<b>1.770.165</b>	<b>1.727.595</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>880.897</b>	<b>930.300</b>	<b>1.924.152</b>	<b>1.990.338</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>Receitas</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>212.597</b>	<b>193.909</b>
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(72.643)</b>	<b>(13.932)</b>
Custo do serviço de energia elétrica				(39.117)	(7.651)
Custo de operação				<b>(111.760)</b>	<b>(21.583)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100.837</b>	<b>172.326</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	<b>23</b>	<b>(553)</b>	<b>(601)</b>	<b>(5.069)</b>	<b>(8.121)</b>
Despesas gerais e administrativas		(11.464)	(2.887)	(19.870)	(5.622)
Depreciações e amortizações			25	(1.913)	(698)
Outras despesas e receitas operacionais		<b>(12.017)</b>	<b>(3.463)</b>	<b>(26.852)</b>	<b>(14.441)</b>
<b>Resultado das participações societárias</b>	<b>13</b>	<b>31.145</b>	<b>110.234</b>	<b>73.985</b>	<b>157.885</b>
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>19.128</b>	<b>106.771</b>	<b>73.985</b>	<b>157.885</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>24</b>	<b>75</b>	<b>23</b>	<b>12.111</b>	<b>1.527</b>
Receitas financeiras		(54.409)	(42.463)	(122.362)	(50.488)
Despesas financeiras		<b>(35.206)</b>	<b>64.331</b>	<b>(36.266)</b>	<b>108.924</b>
		2.319	(1.471)	10.681	1.867
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>25</b>	<b>2.319</b>	<b>(1.471)</b>	<b>3.379</b>	<b>(46.064)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes					
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(32.887)</b>	<b>62.860</b>	<b>(32.887)</b>	<b>62.860</b>
Atribuível aos acionistas controladores					
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	<b>26</b>				
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)					
ON		(1,27500)	2,49341	(1,27500)	2,49341

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2015 e 2014.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>Geração do valor adicionado</b>					
Receita operacional		-	4.352	369.881	367.796
Receita relativa à construção de ativos próprios				246.724	215.810
Outras receitas			4.352	123.146	147.634
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(430)</b>	<b>(577)</b>	<b>(209.347)</b>	<b>(124.348)</b>
Custos da energia comprada				(51.771)	(8.948)
Encargos de uso da rede elétrica				(28.276)	(6.604)
Materiais			(1)	(18.935)	(22.293)
Serviços de terceiros		(516)	(574)	(102.715)	(83.668)
Outros custos operacionais		86	(2)	(7.650)	(2.835)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(430)</b>	<b>3.775</b>	<b>160.534</b>	<b>243.448</b>
<b>Retenções</b>					
Depreciações e amortizações		(11.464)	(2.887)	(45.718)	(11.163)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>(11.894)</b>	<b>888</b>	<b>114.816</b>	<b>232.285</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Receitas financeiras		77	23	12.329	3.078
Resultado da equivalência patrimonial		31.145	110.234		
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>19.328</b>	<b>111.145</b>	<b>127.145</b>	<b>235.363</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal					
Remuneração direta				5.094	8.566
Benefícios				975	969
FCTS				396	686
Impostos, taxas e contribuições		(2,317)	3,482	30,246	70,051
Federais		96	1	209	1.532
Estaduais				1	1
Municipais					
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		54.409	44.779	122.361	90.063
Aluguéis		27	23	750	835
		<b>52.215</b>	<b>48.285</b>	<b>160.032</b>	<b>172.503</b>
		<b>(32.887)</b>	<b>62.860</b>	<b>(32.887)</b>	<b>62.860</b>
<b>Prejuízo do exercício/Lucro retido</b>		<b>19.328</b>	<b>111.145</b>	<b>127.145</b>	<b>235.363</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**  
A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia, CEJA ou Controladora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda., anteriormente denominada CWEL (Brasil) Participações Ltda. (CWEL Brasil), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, tem por objeto as atividades de geração, transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.  
A Companhia adquiriu, em 2011, 100% da participação acionária da ECE Participações S.A. (ECE Participações), sendo esta detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari).  
**1.1 Concessões**  
A ECE Participações detém o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/2002, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Usina	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MW)*	Energia Assegurada (MWh)*	Concessão Início	Concessão Término
ECE Participações	UHE	Santo Antônio do Jari	PA/AP	Produtor Independente	373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044

(\*) Não auditado  
O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 217,7 MWm, 210,9 MWm foram comercializados por meio de CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. Dos 210,9 MWm, 190 MWm foram comercializados em dezembro de 2010 pelo preço estabelecido de R\$104,00 por MWh pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 e 20,9 MWm foram comercializados em dezembro de 2012 pelo preço estabelecido de R\$82,00 por MWh pelo prazo de 28 anos a partir de janeiro de 2017. Ambos os preços estão reajustados anualmente pelo IPCA.  
O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.  
Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.  
A energia elétrica gerada pela UHE Jari é utilizada e comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão. A ECE Participações, até 31 de dezembro de 2014, recebeu da ANEEL as Declarações Comerciais de Operação - DCOs para iniciar a operação comercial da UHE Jari. A energia gerada em 2014 foi comercializada como sobre de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a partir de 1º de janeiro de 2015 todas as unidades geradoras autorizadas passaram a gerar energia elétrica para cumprir suas obrigações contratuais.  
No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.  
**1.1.1 Uso do bem público - UBP**  
A ECE Participações, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$21.040.  
A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no exercício foi de R\$1.474 (R\$361 em 2014) (Nota 19).  
**1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**  
A ECE Participações aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**2 Base de preparação**  
**2.1 Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.  
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.  
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.  
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.  
**2.2 Práticas Contábeis**  
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	16	33	36	27.414	19.565
Impostos e contribuições sociais	6	1.401	2.024	9.936	50.709
Debêntures	17	128.979	52.379	128.979	52.379
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18			53.635	34.434
Uso do bem público	19			1.514	1.538
Provisões	20			10.228	11.301
Outras contas a pagar	12	7	7	1.277	2.331
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>130.420</b>	<b>54.446</b>	<b>232.983</b>	<b>172.257</b>
<b>Não circulante</b>					
Tributos diferidos	7	5.735	8.054	196.179	205.065
Debêntures	17	232.484	348.688	232.484	348.688
Empréstimos e financiamentos	18			729.942	727.226
Adiantamento para futuro aumento de capital		26.000		26.000	
Uso do bem público	19			19.526	17.970
Provisões	20			654	
Outras contas a pagar	12	36	3	162	23
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>264.255</b>	<b>356.745</b>	<b>1.204.947</b>	<b>1.298.972</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	21.1	525.624	525.624	525.624	525.624
Prejuízos acumulados		(39.402)	(6.515)	(39.402)	(6.515)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>486.222</b>	<b>519.109</b>	<b>486.222</b>	<b>519.109</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>880.897</b>	<b>930.300</b>	<b>1.924.152</b>	<b>1.990.338</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(35.206)	64.331	(36.266)	108.924
<b>Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>					
Depreciações e amortizações		11.464	2.887	52.286	12.804
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			5	10	5
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		53.014	39.983	115.187	46.912
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				3.006	895
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas				1.178	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				1.690	(531)
Participações societárias		(31.145)	(110.234)		
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária					(3.123)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(24)	(21)	(39)	(9)
Outros				412	(776)
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		<b>(1.897)</b>	<b>(3.049)</b>	<b>134.341</b>	<b>168.224</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>					
Fornecedores		(3)	(85)	7.849	(16.958)
Outros tributos e contribuições sociais		(621)	2.012	17.358	27.535
Provisões				(6.920)	(5.481)
Uso do bem público				(1.474)	(361)
Outros passivos operacionais		33		(915)	1.086
<b>Caixa (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais</b>		<b>(2.491)</b>	<b>(1.122)</b>	<b>15.898</b>	<b>5.821</b>
<b>Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais</b>		<b>(2.491)</b>	<b>(1.122)</b>	<b>178.947</b>	<b>79.510</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Dividendos recebidos		69.426		26.000	
Adiantamento para futuro aumento de capital		26.000	(5.500)		
Adições ao Imobilizado e Intangível				(119.514)	(86.612)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplic</b>					

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**3 Eventos significativos no exercício**

**3.1 Lei nº 13.203/2015 - Repactuação do risco hidrológico**  
 Conforme Medida Provisória - MP nº 688, publicada em 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica, com o pagamento de prêmio de risco pelos geradores hidrelétricos.  
 O detalhamento para repactuação do risco hidrológico foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015.  
 A lei trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL.  
 Para o ACR, haverá o repasse das perdas com o *Generation Scaling Factor - GSF* integralmente à Conta de Bandeira Tarifária, mediante pagamento de um Prêmio de Risco. A parcela de perda com GSF de 2015 será recompensada aos geradores por meio da isenção do pagamento do prêmio de risco a partir de janeiro de 2016 até a completa compensação das perdas de 2015. Para esse período de transição, o Prêmio de Risco varia de R\$0,75 a R\$12,75 por MWh, a depender do percentual de risco que o gerador pretende repactuar: de 89% a 100%.  
 Para o ACL, de forma similar, o Prêmio de Risco varia de R\$10,50 a R\$23,10 por MWh, a depender da quantidade da Energia de Reserva adquirida do sistema. O ressarcimento das perdas com o GSF de 2015 é realizada exclusivamente mediante extensão do contrato de Concessão do agente de geração que aderir ao acordo no ACL. A repactuação no ACL não isenta o gerador do custo do GSF.  
 Para a adesão ao Acordo, deverá haver a desistência das ações judiciais relacionadas às perdas com o GSF.  
**3.1.1 Adesão à proposta de repactuação de risco hidrológico**  
 Em 18 de dezembro de 2015 a ECE Participações protocolou junto à ANEEL o pedido de anuência de repactuação do Risco Hidrológico e também a petição de desistência das ações judiciais atrelada a UHE Jari com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE.  
 A referida decisão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e *Generation Scaling Factor - GSF*, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.  
 Para suportar essa decisão, a ECE Participações contratou pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributário e de fluxo de caixa.  
 Após análises, a ECE Participações optou pela repactuação do risco hidrológico no ACR no produto SP92, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.  
 Em 24 de dezembro de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 4.140/15, anuiu a adesão da ECE Participações à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Adicionalmente, a ECE Participações optou pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Livre - ACL (Nota 9).

**6 Impostos e contribuições sociais**

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Saldo em 31/12/2015
<b>Ativo - Compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social	253	12	(9)		25		(2)	277
IRRF sobre juros s/ capital próprio	3.260	2.261					2	5.523
<b>Total</b>	<b>3.513</b>	<b>2.273</b>	<b>(9)</b>		<b>25</b>		<b>-</b>	<b>5.800</b>
Circulante	3.513							3.513
Não circulante	-							-
<b>Total</b>	<b>3.513</b>							<b>3.513</b>
<b>Passivo - a recolher</b>								
PIS e COFINS	2.012	1.397				(2.012)		1.395
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	-	2				(3)		6
Encargos com pessoal	5		(5)					-
Outros	7							7
<b>Total</b>	<b>2.024</b>	<b>1.399</b>	<b>(5)</b>			<b>(2.015)</b>	<b>(2)</b>	<b>1.401</b>
Circulante	2.024							2.024
<b>Total</b>	<b>2.024</b>							<b>2.024</b>

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2015
<b>Ativo - Compensáveis</b>										
Imposto de renda e contribuição social		496	25	(9)	40	1.549	(2)	(2)	(1.549)	548
ICMS		8								8
PIS e COFINS	6.1	20.771	9.820						(23.041)	7.550
IRRF sobre aplicações financeiras		194	1.001							1.195
IRRF sobre juros s/ capital próprio		3.260	2.261					2		5.523
Outros		242	1.535							1.777
<b>Total</b>		<b>24.971</b>	<b>14.642</b>	<b>(9)</b>	<b>40</b>	<b>1.549</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(24.590)</b>	<b>16.601</b>
Circulante		5.820								10.801
Não circulante		19.151								5.800
<b>Total</b>		<b>24.971</b>								<b>16.601</b>
<b>Passivo - a recolher</b>										
Imposto de renda e contribuição social		43.151	7.312			(43.151)			(1.549)	5.763
ICMS		1.318	4.206			(5.229)				295
PIS e COFINS		2.012	24.438			(2.012)	(2)		(23.041)	1.395
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		151	2.618			(2.853)		250		166
IRRF sobre juros s/ capital próprio		3.261	2.262			(3.261)				2.262
Encargos com pessoal		566	1.221	(5)		(1.727)				55
Outros		250						(250)		-
<b>Total</b>		<b>50.709</b>	<b>42.057</b>	<b>(5)</b>		<b>(58.233)</b>	<b>(2)</b>	<b>(250)</b>	<b>(24.590)</b>	<b>9.936</b>
Circulante		50.709								9.936
<b>Total</b>		<b>50.709</b>								<b>9.936</b>

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

**6.1 PIS e COFINS**

O montante de R\$7.550 (R\$20.771 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre insumos adquiridos em 2015 pela ECE Participações. Do saldo de R\$20.771 em 31 de dezembro de 2014, R\$19.151 refere-se a aquisição de ativo imobilizado da ECE Participações para a construção da UHE Jari, no qual foi integralmente utilizado no exercício de 2015 para compensações de PIS e COFINS sobre o faturamento.

**7 Tributos diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

**7.1 Composição e base de cálculo**

Natureza dos créditos	Nota	Controladora			
		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
<b>Diferenças temporárias</b>					
Outras	7.1.1	5.735	8.054	2.319	(1.471)
<b>Total</b>		<b>5.735</b>	<b>8.054</b>	<b>2.319</b>	<b>(1.471)</b>

A variação do Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$2.319.

Natureza dos créditos	Nota	Consolidado			
		Ativo Não circulante		Resultado	
		31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
<b>Diferenças temporárias</b>					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		120		120	
Gastos Pré-operacionais	4.067	5.546		(1.479)	1.697
Mais valia - CPC 15 (R1)			190.444	197.011	6.567
Uso do bem público - CPC 25	16.470		15.767	703	1.641
Outras	4.791		8.065	8.054	4.780
<b>Total diferenças temporárias</b>	<b>7.1.2</b>	<b>25.448</b>	<b>5.546</b>	<b>214.276</b>	<b>205.065</b>
<b>Total bruto</b>		<b>25.448</b>	<b>5.546</b>	<b>214.276</b>	<b>205.065</b>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(18.097)		(18.097)	
<b>Total</b>		<b>7.351</b>	<b>5.546</b>	<b>196.179</b>	<b>205.065</b>

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Controladora		Despesas Operacionais
			Ativo Circulante	Passivo Não circulante	
<b>Outras contas a pagar</b>					
<b>Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura</b>					
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018		36	3 (36)
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC</b>					
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	Controladora em conjunto	05/10/2015 a indeterminado		13.000	
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	05/10/2015 a indeterminado		13.000	
			-	<b>26.036</b>	<b>3 (36)</b>
					<b>(31)</b>
					<b>(31)</b>
Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo Circulante	Passivo Não circulante	Receitas (Despesas) Operacionais
			31/12/2015	31/12/2014	2015
			31/12/2015	31/12/2014	2014
<b>Concessionárias</b>					
<b>Venda de energia elétrica</b>					
EDP Comercializadora	Controle comum	01/10/2014 a 31/10/2014			37.012
EDP Comercializadora	Controle comum	01/12/2014 a 31/12/2014		20.791	18.868
EDP Comercializadora	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2016	1.487		15.890
EDP Escelsa	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2044	481		4.048
EDP Bandeirante	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2044	753		6.085
			<b>2.721</b>	<b>20.791</b>	<b>26.023</b>
<b>Outras contas a pagar</b>					
<b>Compartilhamento de gastos com gestores</b>					
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL		48	(48)
<b>Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura</b>					
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018		36	3 (36)
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018		73	20 (73)
EDP Escelsa	Controle comum	29/07/2015 a 29/07/2019		1	(3)
<b>Contrato Jurídico sobre o Parecer do GSF</b>					
Energset	Controle comum			4	(4)
<b>Contrato de prestação de serviços</b>					
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2016			(438)
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC</b>					
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	Controladora em conjunto	05/10/2015 a indeterminado		13.000	
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	05/10/2015 a indeterminado		13.000	
			-	<b>26.162</b>	<b>23 (602)</b>
			<b>2.721</b>	<b>20.791</b>	<b>23 (602)</b>
				<b>26.162</b>	<b>23 (602)</b>
					<b>55.630</b>

**8.1 Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura**

O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia e a ECE Participações possuem instaladas matrizes.

O contrato tinha a vigência de 36 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2012 e não necessitava ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 338/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Estes contratos vigoraram de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2012, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para revisão dos percentuais de rateio no conjunto de contratos da contratada.

Em 1º de Agosto de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015, e está em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/08, com o prazo de 48 meses.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

**8.2 Compromissos contratuais**

A ECE Participações possui contrato de compra de energia junto a Energset S.A. (controlada direta da EDP - Energias do Brasil) no montante de 0,638 MWh com início de suprimento em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2046 (Nota 28.1).

**8.3 Controladora direta e Controladoras finais**

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., anteriormente denominada CWei (Brasil) Participações Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

Em 27 de julho de 2015, foi protocolada perante à Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP a comunicação de alteração da denominação social de CWei (Brasil) Participações Ltda. para China Three Gorges Brasil Energia Ltda..

**8.4 Remuneração dos administradores**

A Companhia não possuiu dispêndios no exercício com os profissionais chave da Administração.

**12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Outros créditos - Ativo</b>									
Serviços em curso	12.1					6.453	2.494		
Despesas pagas antecipadamente						1.183	1.807		
Outros						84	131		
<b>Total</b>						<b>7.720</b>	<b>4.432</b>		
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>									
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas				36	3			162	23
Obrigações sociais e trabalhistas	12.2					852	1.790		
Encargos setoriais						177	347		
Outros		7	7			248	194		
<b>Total</b>		<b>7</b>	<b>7</b>	<b>36</b>	<b>3</b>	<b>1.277</b>	<b>2.331</b>	<b>162</b>	<b>23</b>

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	545	228	27.247	50.278
Aplicações financeiras - renda fixa			47.392	119.002
<b>Total</b>	<b>545</b>	<b>228</b>	<b>74.639</b>	<b>169.280</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da controlada ECE Participações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados a taxas que variam de 90,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**12.1 Serviços em curso**

Valores referentes a custos de projeto de P&D de sistemas fotovoltaicos aplicados desde a fase de construção, a ser compensados com as obrigações no programa de P&D (Nota 1.1.2).

**12.2 Obrigações sociais e trabalhistas**  
Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

**13 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na ECE Participações, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliada por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessará a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

**13.2 Participação direta dos investimentos**

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do exercício		
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
<b>Empresas</b>	<b>Ordinárias/Quotas</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Ordinárias/Quotas</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Capital social integralizado</b>	<b>Capital votante</b>	<b>Capital social integralizado</b>	<b>Capital votante</b>											
ECE Participações	217.003	18.545	217.003	18.545	100	100	100	100	1.385.459	1.435.886	865.628	887.453	519.831	548.433	212.597	193.909	31.477	110.317	

**14 Imobilizado**

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que aprova o MCPSE que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016 que tem como propósito aprimorar o controle patrimonial por meio de acréscimos nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudesse alcançar as novas tecnologias utilizada pelo Setor. Sobre a vida útil dos bens e instalações, apesar da tabela conter as taxas de depreciação do MCPSE, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis, dado a especificidade, a mesma deverá ser tratada em outro momento, conforme Nota Técnica nº 211/2015 - SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras quando aplicável, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia e de sua controlada julgam que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

**14.1 Composição do Imobilizado**

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Veículos	14,29	71	(71)	-	14,29	71	(71)	-
Administração								
Máquinas e equipamentos	16,67	20	(16)	4	16,67	20	(13)	7
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>91</b>	<b>(87)</b>	<b>4</b>		<b>91</b>	<b>(84)</b>	<b>7</b>
<b>Total imobilizado</b>		<b>91</b>	<b>(87)</b>	<b>4</b>		<b>91</b>	<b>(84)</b>	<b>7</b>

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Terrenos		759		759				-
Reservatórios, barragens e adutoras	1,95	401.983	(10.885)	391.098	1,94	347.476	(2.332)	345.144
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,51	341.640	(9.592)	332.048	3,57	307.335	(2.143)	305.192
Máquinas e equipamentos	3,75	406.307	(14.728)	391.579	3,66	178.906	(1.869)	177.037
Veículos	14,29	1.174	(604)	570	14,29	1.194	(125)	1.069
		<b>1.151.863</b>	<b>(35.809)</b>	<b>1.116.054</b>		<b>834.911</b>	<b>(6.469)</b>	<b>828.442</b>
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	2.919	(130)	2.789	3,33	2.919	(32)	2.887
Máquinas e equipamentos	3,43	36.639	(1.572)	35.067	3,43	36.639	(393)	36.246
		<b>39.558</b>	<b>(1.702)</b>	<b>37.856</b>		<b>39.558</b>	<b>(425)</b>	<b>39.133</b>
Administração								
Máquinas e equipamentos	16,67	20	(16)	4	16,67	20	(13)	7
Móveis e utensílios	6,25	362	(50)	312				-
		<b>382</b>	<b>(66)</b>	<b>316</b>		<b>20</b>	<b>(13)</b>	<b>7</b>
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>1.191.803</b>	<b>(37.577)</b>	<b>1.154.226</b>		<b>874.489</b>	<b>(6.907)</b>	<b>867.582</b>
<b>Imobilizado em curso</b>								
Geração								
Reservatórios, barragens e adutoras		529		529		738		738
Edificações, obras civis e benfeitorias		442		442		47.266		47.266
Máquinas e equipamentos		455		455		111.871		111.871
Adiantamento a fornecedores		405		405		34.988		34.988
A ratear		9.571		9.571		8.710		8.710
Outros		841		841		1.918		1.918
<b>Total do Imobilizado em curso</b>		<b>12.243</b>		<b>12.243</b>		<b>205.491</b>		<b>205.491</b>
<b>Total imobilizado</b>		<b>1.204.046</b>		<b>1.166.469</b>		<b>1.079.980</b>		<b>1.073.073</b>

**14.2 Mutação do Imobilizado**

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015	
	Valor líquido em 31/12/2014	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2015		Valor líquido em 31/12/2014	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2015	
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Máquinas e equipamentos	7	(3)	4		7	(3)	4	
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>	<b>7</b>	<b>(3)</b>	<b>4</b>		<b>7</b>	<b>(3)</b>	<b>4</b>	
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>7</b>	<b>(3)</b>	<b>4</b>		<b>7</b>	<b>(3)</b>	<b>4</b>	
	<b>Consolidado</b>							
	<b>Valor líquido em 31/12/2014</b>	<b>Ingressos</b>	<b>Transf. para imobilizado em serviço</b>	<b>Depreciações</b>	<b>Baixas</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2015</b>	
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Terrenos	-	759					759	
Reservatórios, barragens e adutoras	345.144	54.507	(10.621)	(8.553)			391.098	
Edificações, obras civis e benfeitorias	308.079	34.304	(10.992)	(7.546)			334.837	
Máquinas e equipamentos	213.290	227.460	(14.044)	(56)			426.650	
Veículos	1.069		(48)	(10)			570	
Móveis e utensílios	-	304		(48)			312	
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>	<b>867.582</b>	<b>-</b>	<b>317.334</b>	<b>(30.680)</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>1.154.226</b>	
<b>Imobilizado em curso</b>								
Terrenos	-	(759)					-	
Reservatórios, barragens e adutoras	738	4.766	(10.621)				529	
Edificações, obras civis e benfeitorias	47.266	12.125	(10.992)				442	
Máquinas e equipamentos	111.871	32.192	(214.822)				455	
Adiantamento a fornecedores	34.988						405	
A ratear	8.710	72.532	(79.836)				9.571	
Outros	1.918	1.197	(304)				841	
<b>Total do Imobilizado em curso</b>	<b>205.491</b>	<b>122.812</b>	<b>(317.334)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.274</b>	<b>12.243</b>	
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>1.073.073</b>	<b>122.812</b>	<b>-</b>	<b>(30.680)</b>	<b>(10)</b>	<b>1.274</b>	<b>1.166.469</b>	

**15 Intangível**

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento, desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1). A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**15.1 Composição do intangível**

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>								
Administração								
Software	20,00	26	(26)	-	20,00	26	(23)	3
<b>Total do Intangível em serviço</b>		<b>26</b>	<b>(26)</b>	<b>-</b>		<b>26</b>	<b>(23)</b>	<b>3</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>26</b>	<b>(26)</b>	<b>-</b>		<b>26</b>	<b>(23)</b>	<b>3</b>
	<b>Consolidado</b>							
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	6.705	(2.654)	4.051	25,00	6.705	(978)	5.727
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	18.974	(763)	18.211	3,22	18.974	(152)	18.822
Direito de concessão - Outros	3,31	545.245	(22.531)	522.714	3,30	545.245	(4.505)	540.740
		<b>570.924</b>	<b>(25.948)</b>	<b>544.976</b>		<b>570.924</b>	<b>(5.635)</b>	<b>565.289</b>

**16 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	Nota	Circulante	Circulante	Circulante
Encargos de uso da rede elétrica				
Operações CCEE	16,1			
Material e serviços		33	36	
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>36</b>	<b>27.414</b>

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

**16.1 Operações CCEE**  
O saldo refere-se às transações de compra de energia realizadas no âmbito da CCEE, líquido do montante de energia protegido pelo risco de GSF contratado de acordo com a Resolução Normativa nº 685/15 (Notas 3.1.1 e 9).

**17 Debêntures**

**17.1 Composição do saldo de Debêntures**

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	Encargos Circulante	Principal	Encargos Não circulante	Total	Encargos Circulante	Principal	Encargos Não circulante	Total
Agente Fiduciário								
Empresa								
Tipo de emissão								
Quantidade de títulos	35.000							
Valor unitário	10.000							
Valor total	350.000							
Data da emissão	2ª emissão em 07/10/2013							
Vigência do contrato	07/10/2013 a 07/10/2018							
Finalidade	Alongamento da dívida							
Custo da dívida	113,6%							
Forma de pagamento	Principal anual a partir de outubro de 2016 e juros semestrais Amortização mensal							
Garantias	(i) Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil; e (ii) Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações							
	12.312	116.667	233.333	362.312	52.379			350.000
			(849)	(849)				(1.312)
<b>Total</b>	<b>12.312</b>	<b>116.667</b>	<b>232.484</b>	<b>361.463</b>	<b>52.379</b>			<b>348.688</b>

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva

**17.2 Mutação das debêntures no exercício**

	Controladora e Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação
<b>Circulante</b>				
Principal	-			116.667
Juros	52.379	(92.618)	52.551	12.312
Custo de transação	-			463
	<b>52.379</b>	<b>(92.618)</b>	<b>52.551</b>	<b>116.204</b>
<b>Não circulante</b>				
Principal	350.000			

## NOTAS EXPLICATIVAS

### EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

##### 18.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Empresa contratado	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantia	Consolidado									
											31/12/2015				31/12/2014					
											Encargos Circulante	Principal Circulante	Circulante Não Total	Encargos Circulante	Principal Circulante	Circulante Não Total				
<b>Moeda nacional</b>																				
BNDES	ECE Participações	736.807	13/12/2012	716.430	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio Líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%.	TJLP + 1,86% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015.	(i) Penhor de Ações; (ii) Contas Vinculadas; (iii) Vinculação de receitas; (iv) Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; e (v) Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	2.653	51.113	731.013	784.779	5.979	28.593	728.271	762.843		
(-) BNDES - Custos de transação	ECE Participações	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031				Amortização mensal do custo de transação			(131)	(1.071)	(1.202)		(138)	(1.045)	(1.183)		
											2.653	50.982	729.942	783.577	5.979	28.455	727.226	761.660		

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

##### 18.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2014	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2015	
<b>Circulante</b>										
Principal		28.593	(29.283)			51.621			182	51.113
Juros		5.979	(35.489)	59.200	(27.046)				9	2.653
Custo de transação		(138)				(135)			142	(131)
		<b>34.434</b>	<b>(64.772)</b>	<b>59.200</b>	<b>(27.046)</b>	<b>51.486</b>			<b>142</b>	<b>53.635</b>
<b>Não circulante</b>										
Principal		728.271	24.677		27.046	(51.621)			2.640	731.013
Custo de transação		(1.045)	(161)			135				(1.071)
		<b>727.226</b>	<b>24.516</b>	<b>-</b>	<b>27.046</b>	<b>(51.486)</b>			<b>2.640</b>	<b>729.942</b>

##### 18.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

	Consolidado			Controladora		
	2015	2014	2014	2015	2014	2014
<b>Vencimento</b>						
<b>Circulante</b>						
2016		53.635				
		<b>53.635</b>				
<b>Não circulante</b>						
2018		50.953				
2019		50.983				
2020		50.993				
2021 até 2025		51.003				
2026 até 2030		252.476				
2031 até 2035		252.484				
Após 2036		21.050				
		<b>729.942</b>				
<b>Total</b>		<b>783.577</b>				

#### 19 Uso do Bem Público - UBP

Na ECE Participações, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público (Nota 1.1.1) até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 15) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 6,86% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

No exercício de 2015, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2015, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2014	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferências	Valor líquido em 31/12/2015
<b>Circulante</b>						
Uso do bem público	1.538	(20)	54	(1.474)	1.416	1.514
	<b>1.538</b>	<b>(20)</b>	<b>54</b>	<b>(1.474)</b>	<b>1.416</b>	<b>1.514</b>
<b>Não Circulante</b>						
Uso do bem público	17.970	(1.314)	4.286	-	(1.416)	19.526
	<b>17.970</b>	<b>(1.314)</b>	<b>4.286</b>	<b>-</b>	<b>(1.416)</b>	<b>19.526</b>

#### 20 Provisões

	Consolidado			
	Nota	Circulante 31/12/2015	Não circulante 31/12/2014	Não circulante 31/12/2015
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		20.1		352
Licenças ambientais		20.2	10.228	11.301
<b>Total</b>			<b>10.228</b>	<b>11.301</b>

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

##### 20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

##### 20.1.1 Risco de perda provável

	Consolidado						
	Nota	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2015
Trabalhistas	20.1.1.1	-	2.175	(826)	(1.034)	37	352
Cíveis		-	6		(6)		-
<b>Total</b>		-	<b>2.181</b>	<b>(826)</b>	<b>(1.040)</b>	<b>37</b>	<b>352</b>
Não circulante		-					352
<b>Total</b>		-					<b>352</b>

##### 20.1.1.1 Trabalhistas

A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores havia 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

##### 20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Consolidado						
	Nota	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2015
Trabalhistas							
Cíveis							
<b>Total</b>							

##### 20.1.3 Risco de perda remota

##### 20.1.3.1 Cíveis

A ECE Participações é parte em ação civil pública em trâmite perante a 9ª Vara Federal de Belém/PA, movida pelo Ministério Público Federal - MPF, que pleiteia a nulidade do processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antonio do Jari, com retorno à fase de análise do EIA/RIMA. Em 17 de julho de 2013 houve decisão judicial indeferindo o pedido de liminar do MPF. Por sua vez, o MPF interpôs recurso sobre a decisão. Em 20 de maio de 2015 foi proferida sentença de improcedência da ação, fazendo com que o MPF novamente interpusse recurso sobre a decisão. Em julho de 2015, realizamos a alteração da classificação de risco da ação para remoto, considerando (i) existência a favor da ECE de argumentos técnicos consistentes que demonstram a improcedência dos pedidos do MPF; (ii) não concessão de liminar; e (iii) sentença de improcedência da ação. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso.

##### 20.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$10.530 (R\$11.301 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 1.233/2014 foi emitida em 13 de maio de 2014 pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autoriza a ECE Participações a operar a UHE Jari, localizada no rio Jari, entre os municípios de Almerim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP).

Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A controlada realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 6,86% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, foi reconhecida como ativo intangível e está sendo amortizada pelo prazo de 4 anos que representa a vigência da licença.

LA é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a ECE Participações responsável por requerer sua renovação no prazo de 60 dias antes de expirada a sua vigência.

A ECE Participações segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a ECE Participações investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia e sua controlada.

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2015
Circulante	11.301	3.222	(6.094)	1.037	905	(143)	10.228
Não Circulante		905		302	(905)		302
<b>Total</b>	<b>11.301</b>	<b>4.127</b>	<b>(6.094)</b>	<b>1.339</b>	<b>-</b>	<b>(143)</b>	<b>10.530</b>

#### 21 Patrimônio líquido

##### 21.1 Capital social

O capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$525.624 e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal. O capital social subscrito é de R\$530.291, sendo o valor a integralizar de R\$4.667.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$619.581, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal.

Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária atualizada:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
<b>Total</b>	<b>25.793.746</b>	<b>100,00</b>	<b>25.793.746</b>	<b>100,00</b>

#### 22 Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. As receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e

(ii) O faturamento de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

	Consolidado			
	2015	2014	2015	2014
Suprimento de energia	1.841.878	228.467	239.929	168.905
Energia de curto prazo		69.157	6.795	46.905
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.841.878</b>	<b>297.624</b>	<b>246.724</b>	<b>215.810</b>
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita			(22.821)	(19.962)
PIS/COFINS			(22.821)	(19.962)
Encargos do consumidor			(2.126)	(1.939)
P&D			(9.180)	
Outros encargos			(11.306)	(1.939)
<b>Receita</b>	<b>1.841.878</b>	<b>297.624</b>	<b>212.597</b>	<b>193.909</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

#### 23 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26 e pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

	Consolidado									
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Gerenciáveis</b>										
Material										
Serviços de terceiros									516	516
Depreciação									3	3
Amortização									11.461	11.461
Aluguéis e arrendamentos									27	27
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens									-	(25)
Outras									10	10
<b>Total</b>									<b>12.017</b>	<b>12.017</b>
<b>Não gerenciáveis</b>										
Energia elétrica comprada para revenda									46.983	8.135
Encargos de uso da rede elétrica									25.660	5.797
Taxa de fiscalização									-	106
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)									-	618
									<b>72.643</b>	<b>14.656</b>
<b>Total</b>									<b>12.017</b>	<b>14.656</b>

	Consolidado				
	2015	2014	2015	2014	2014
<b>Gerenciáveis</b>					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			1.717	769	2.486
Material			592	206	798
Serviços de terceiros			2.647	2.486	5.133
Depreciação			30.130	550	30.680
Amortização			2.286	19.320	21.606
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					74
Aluguéis e arrendamentos			580	170	750
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					1

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado			
	Nota	Níveis	31/12/2015 Valor justo	31/12/2014 Valor contábil
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Aplicações financeiras	Nível 2		47.392	119.002
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>				
Cauções e depósitos vinculados	11		30.341	24.719
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Bancos conta movimento			27.247	50.278
Concessionárias	5		30.887	83.211
			<b>135.867</b>	<b>277.210</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Outros ao custo amortizado</b>				
Fornecedores	16		27.414	19.565
Debêntures	17		373.747	401.067
Uso do bem público	19		17.547	19.508
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18			
Moeda nacional			783.577	761.660
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12		162	23
			<b>1.202.447</b>	<b>1.201.823</b>
			<b>1.193.656</b>	<b>1.201.823</b>

### 27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente a contratos com o BNDES decorrente destes contratos possuírem características próprias.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto; e
- (ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 8,86% a.a., que representa a taxa atual de empréstimos e financiamentos do empreendimento.

### 27.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e sua controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e sua controlada:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada classificados como valor justo por meio do resultado ou mantidos até o vencimento, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

### 27.2 Gestão de risco

A Companhia e sua controlada adotam a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia e sua controlada. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e sua controlada, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

#### 27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia e sua controlada apresentados nas notas 17 e 18, possuem como contraparte o Agente fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia e sua controlada criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e sua controlada possuem risco de mercado associado ao CDI e TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público e Debêntures diferem do seu valor contábil.

#### 27.2.1.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e sua controlada. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora							
		31/12/2015					31/12/2014		
		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)		
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Debêntures	CDI	(54.274)	(51.380)	-	(105.654)	(25.298)	(50.217)	25.699	51.817
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>CDI</b>	<b>(54.274)</b>	<b>(51.380)</b>	<b>-</b>	<b>(105.654)</b>	<b>(25.298)</b>	<b>(50.217)</b>	<b>25.699</b>	<b>51.817</b>
		Consolidado							
		31/12/2015					31/12/2014		
		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)		
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.768	-	-	3.768	942	1.884	(942)	(1.884)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	8.637	-	-	8.637	2.159	4.319	(2.159)	(4.319)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>12.405</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.405</b>	<b>3.101</b>	<b>6.203</b>	<b>(3.101)</b>	<b>(6.203)</b>
Debêntures	CDI	(54.274)	(51.380)	-	(105.654)	(25.298)	(50.217)	25.699	51.817
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>CDI</b>	<b>(54.274)</b>	<b>(51.380)</b>	<b>-</b>	<b>(105.654)</b>	<b>(25.298)</b>	<b>(50.217)</b>	<b>25.699</b>	<b>51.817</b>
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	(58.335)	(193.586)	(211.086)	(463.007)	(66.861)	(159.901)	66.861	159.901
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>TJLP</b>	<b>(58.335)</b>	<b>(193.586)</b>	<b>(211.086)</b>	<b>(463.007)</b>	<b>(66.861)</b>	<b>(159.901)</b>	<b>66.861</b>	<b>159.901</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e de sua controlada (no caso do consolidado).

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 10,75% e 15,75% a.a.; e TJLP entre 6,00% e 7,50% a.a..

#### 27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e sua controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e sua controlada são apresentados nas notas 17 e 18.

A Administração da Companhia e sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e sua controlada são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia e sua controlada, em 31 de dezembro de 2015, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a juros futuros e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 28.

A energia vendida pela sua controlada depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a determinadas usinas hidrelétricas, dentre elas a UHE Santo Antônio do Jari, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio. Em um período prolongado de escassez de chuva resulta-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia da parcela de risco hidrológico não coberta pela CCRBT ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a controlada utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e sua controlada esperam liquidar as respectivas obrigações.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Yinsheng Li</b> Presidente	<b>João Antonio Pinheiro Sampaio Meirelles</b> Conselheiro	<b>Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima e Castro</b> Conselheira
<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Conselheiro	<b>Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire</b> Conselheiro	<b>Yujun Liu</b> Conselheiro

## DIRETORIA

<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Diretor-Presidente	<b>Dione da Silva Freitas</b> Diretor Financeiro e Administrativo	<b>André Luiz de Castro Pereira</b> Diretor Operacional e Técnico	<b>Elsa Saeko Ishizaka Turci</b> Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade
<b>Lei Wang*</b> Diretor Operacional e Técnico	<b>Ke Xu*</b> Diretor Financeiro e Administrativo		<b>Renan Silva Sobral</b> Contador - CRC 1SP271964/O-6

\* Posse condicionada à autorização do Ministério do Trabalho e Emprego

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

**Companhia Energética do Jari - CEJA**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Energética do Jari - CEJA (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Energética do Jari - CEJA e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

		Controladora					31/12/2014	
		31/12/2015			31/12/2014		31/12/2014	
Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total	Total	

<b>Passivos Financeiros</b>							
Fornecedores	33						33
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				36			36
Debêntures			128.979	116.242	116.242	361.463	401.067
	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>128.979</b>	<b>116.278</b>	<b>116.242</b>	<b>361.532</b>	<b>401.106</b>

		Consolidado					31/12/2014	
		31/12/2015			31/12/2014		31/12/2014	
Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total	Total	
<b>Passivos Financeiros</b>								
Fornecedores	2.455	14.013	10.946				27.414	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				162			162	
Debêntures			128.979	116.242	116.242	361.463	401.067	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			53.635	203.932	526.010	783.577	761.660	
Uso do bem público	128	381	1.005	5.345	14.181	21.040	19.508	
	<b>2.583</b>	<b>14.394</b>	<b>194.565</b>	<b>325.681</b>	<b>656.433</b>	<b>1.193.656</b>	<b>1.201.823</b>	

#### 27.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e sua controlada possuem debêntures e contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e sua controlada exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 17 e 18. Até 31 de dezembro de 2015 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 28.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e sua controlada podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

#### 27.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em R\$117.058 (R\$26.279 negativo em 31 de dezembro de 2014) e no consolidado em R\$78.996 (R\$26.279 positivo em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se principalmente aos juros das Debêntures, que poderão ser pagos com fluxo de dividendos da controlada e, se necessário, com aportes de capital para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

#### 27.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa e Concessionárias.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da controlada em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e sua controlada, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e sua controlada, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

## 28 Compromissos contratuais e Garantias

### 28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% que representa a taxa média de financiamento para a construção da UHE Jari.

		Controladora					31/12/2014	
		2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total geral	Total geral	Total geral	
2016	2018	2019	2020	de 2021				
173	116				289	111		
54.274	47.135				101.409	115.142		
<b>54.447</b>	<b>47.251</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>101.698</b>	<b>115.253</b>		

		Consolidado					31/12/2014	
		2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total geral	Total geral	Total geral	
2016	2018	2019	2020	de 2021				
187					187	144		
<b>Responsabilidades com locações operacionais</b>								
<b>Obrigações de compra</b>								
Comercialização de energia		1.106	1.076	11.002	13.184			
Materiais e serviços		6.403	149	1.674	21.141			